

# Sarney enviou proposta em junho

Da Redação da Folha

O presidente José Sarney assinou a proposta original de emenda constitucional para convocar a Assembléia Constituinte em 28 de junho último, no Palácio do Planalto. A proposta previa que a Câmara e o Senado funcionassem como Assembléia Constituinte a partir de 31 de janeiro de 1987, devendo promulgar a nova Constituição na primeira sessão legislativa da 48ª legislatura.

Em 8 de agosto foi instalada, no Congresso, uma comissão mista para apreciar a emenda Sarney, sendo eleitos presidente o senador Helvídio Nunes (PDS-PI) e relator o deputado federal Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

Em seu parecer, apresentado a 16 de outubro, Bierrenbach propôs substitutivo segundo o qual um plebiscito a 2. de março de 1986 decidiria se haveria a convocação de uma Constituinte independente para elaborar a nova Carta ou se o Congresso seria transformado em Constituinte. Ao parecer de Bierrenbach se opuseram

as lideranças do PMDB, PFL e PDS, tendo Bierrenbach sido afastado do cargo de relator, com aprovação do substitutivo do vice-líder do PMDB na Câmara, Valmor Gianarina (PR).

O substitutivo Gianarina alterava a emenda Sarney em apenas dois pontos: ampliava a anistia aprovada em 1979 e ampliava, para entre seis e nove meses, o prazo para desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos que quisessem se candidatar nas eleições de novembro de 86. Entretanto, o deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) apresentou subemenda que ampliava ainda mais a anistia, estendendo-a aos militares cassados desde 1964. A subemenda de Uequed se opuseram os ministros militares, o presidente Sarney e a liderança do PMDB, o que levou à rejeição na Câmara, em 24 de outubro, do destaque pedido para a proposta. Diante disso —e embora o substitutivo Gianarina estivesse aprovado em primeiro turno—, não houve o segundo turno da votação. Com isso, a votação final foi adiada para depois das eleições de 15 de novembro.